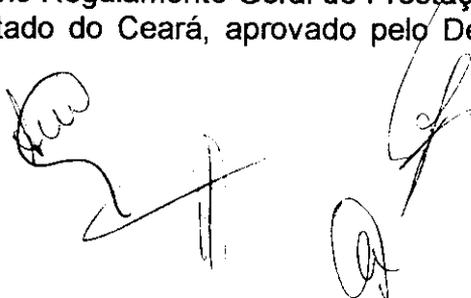


CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRÍ, E A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

Aos quinze (15) dias do mês de setembro do ano de dois mil e três (2.003), o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRÍ**, entidade de direito público interno, sediado à rua Dr. José Augusto de Araújo, nº 387, – Santana do Cariri-Ce, inscrito no CNPJ sob o nº 07.597.347/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **JESUS WERTON GARCIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 015.889.313-15 e a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE**, Sociedade de Economia Mista Estadual, sediada à Av. Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, Fortaleza-CE, registrada na Junta Comercial do Estado sob o nº SAC 285/71-JC e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 07.040.108/0001-57, representada, neste ato, por seus Diretores Presidente **NEWTON RODRIGUES SOUSA**, inscrito no CPF sob o nº 028.095.753-04 e portador da Cédula de Identidade RG 94002487100 SSP-CE domiciliado e residente nesta Capital, e Administrativo Financeiro, **ANNIA MELO SABOYA CRUZ**, inscrita no CPF sob o nº 302.488.253-72 e portadora da Cédula de Identidade RG 1030448 SSP-CE resolvem firmar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS**, conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

Funda-se o presente instrumento na Lei Estadual Nº 9.499, de 20 de julho de 1.971 que criou a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, especificamente para prestar os serviços públicos de água e esgoto no Estado do Ceará, na Lei Municipal Nº 473/2003, de 29 de Maio de 2003, que autoriza a concessão, com exclusividade à Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, a realizar a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Santana do Cariri, no Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e esgoto Sanitário do Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto Estadual nº 12.844, de 31 de julho de 1.978.



CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

Por este CONTRATO, o MUNICÍPIO outorga, **com exclusividade e pessoalidade, à CAGECE, a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para fins de exploração, ampliação e implantação dos mesmos.**

Subcláusula Primeira – A exclusividade e pessoalidade de que trata este convênio fica restrita à execução dos serviços referidos na sede do Município e Distritos de Inhumas e Brejo Grande não se aplicando aos demais aglomerados urbanos municipais.

Subcláusula Segunda – Fica vedada a delegação dos serviços referidos neste contrato a empresas terceirizadas ou de qualquer modo credenciadas pela CAGECE para execução dos mesmos, ressalvado o disposto no art. 25, parágrafo 1 da lei federal nº 8987/95.

Subcláusula Terceira - Os serviços outorgados por este contrato compreendem:

- a) produção de água potável, envolvendo unidades de captação, estações de bombeamento, adutoras e instalações de tratamento e potabilização de água;
- b) distribuição de água potável, envolvendo reservatórios, sub-adutoras, estações de bombeamento, redes de distribuição e ramais domiciliares;
- c) coleta de águas residuais, envolvendo ramais domiciliares, redes coletoras, coletores tronco, interceptores, estações elevatórias e emissários;
- d) tratamento, reuso e disposição final das águas residuais, envolvendo interceptores, estações elevatórias, emissários, estações de tratamento, estações de condicionamento de lodo e instalações de lançamento em corpos receptores.

Subcláusula Quarta - A outorga disciplinada neste CONTRATO substitui e extingue quaisquer outras conferidas anteriormente.

Subcláusula Quinta - Durante o primeiro quinquênio de duração deste contrato a CAGECE fica obrigada a executar os serviços e obras descritos no Anexo Único deste contrato, que faz parte integrante deste, nos prazos ali consignados.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Na prestação dos serviços outorgados, a CAGECE terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia, observadas as prescrições deste CONTRATO e das normas legais e regulamentares pertinentes.

Subcláusula Primeira – A CAGECE elaborará Plano de Exploração dos Serviços outorgados, contendo os investimentos a serem realizados nos primeiros 05 (cinco) anos de prestação dos serviços outorgados, devendo apresentá-lo ao MUNICÍPIO no prazo de 06 (seis) meses contados da data da assinatura deste instrumento para fins de homologação.

Subcláusula Segunda – Para os 05 (cinco) anos seguintes elaborará a CAGECE novo Plano de Exploração dos Serviços o qual deverá ser apresentado ao MUNICÍPIO no prazo de 06 meses anteriores ao vencimento do Plano anterior para homologação, e assim, sucessivamente até o termo final deste Contrato.

Subcláusula Terceira - A CAGECE obriga-se a oferecer prestação adequada dos serviços outorgados, garantindo níveis satisfatórios de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.

Subcláusula Quarta – Não se caracteriza como descontinuidade do serviço, a sua interrupção em situação de emergência ou prévio aviso, quando:

- a) motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e
- b) irregularidade praticada pelo usuário, inadequação de suas instalações ou inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Subcláusula Quinta - Nas hipóteses previstas na alínea **b** da subcláusula anterior, a CAGECE somente poderá suspender a prestação do serviço se o usuário, previamente notificado, não efetuar, nos prazos por ela estabelecidos, os pagamentos devidos, ou não cessar a prática que configure utilização irregular dos serviços, ou ainda, não atender à recomendação que lhe tenha sido feita para adequar suas instalações aos requisitos de segurança exigidos pelas normas técnicas e de segurança aplicáveis.

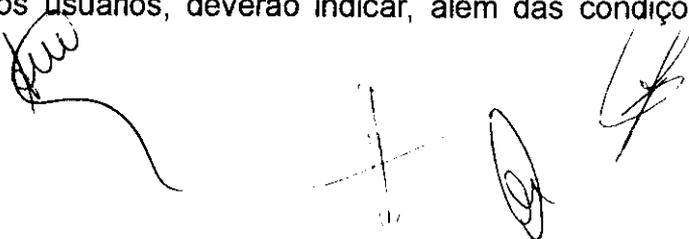
Sub-cláusula Sexta - A CAGECE poderá deflagrar Planos de racionamento d'água, inclusive estabelecer quotas de consumos e outras penalidades, observada legislação de regência, quando ocorrer escassez de precipitações pluviométricas, tendo como consequência a baixa disponibilidade dos mananciais.

Subcláusula Sétima – No caso de suspensão da prestação dos serviços por falta de pagamento, o prazo a que se refere a Subcláusula Quinta será de, no mínimo, 07 (sete) dias corridos após o recebimento da respectiva notificação pelo usuário.

Subcláusula Oitava - Nos casos de interrupção dos serviços previstos na Subcláusula Quarta da Cláusula Terceira, os serviços serão reiniciados com a maior brevidade possível, tão logo cessem os motivos que deram causa à interrupção.

Subcláusula Nona - A CAGECE atenderá os pedidos dos interessados na utilização dos serviços outorgados nos prazos e condições fixados nas normas legais e regulamentares pertinentes, sendo-lhe vedado condicionar a ligação ou religação de unidade usuária ao pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante.

Subcláusula Décima - Os contratos de fornecimento dos serviços outorgados celebrados entre a CAGECE e os usuários, deverão indicar, além das condições gerais da prestação dos serviços:



- a) a identificação do interessado;
- b) a localização da unidade usuária;
- c) classificação da unidade usuária;
- d) a indicação dos critérios de faturamento e da tarifa aplicada;
- e) as condições especiais do fornecimento, se for o caso, e prazo de sua aplicação; e
- f) as penalidades aplicáveis, conforme a legislação em vigor.

Subcláusula Décima Primeira - A CAGECE deverá manter registros das solicitações e reclamações dos usuários, de acordo com os prazos legais e regulamentares pertinentes, deles devendo constar, obrigatoriamente:

- a) data da solicitação ou reclamação;
- b) o objeto da solicitação ou o motivo da reclamação; e
- c) as providências adotadas, indicando as datas para o atendimento e sua comunicação ao interessado.

Subcláusula Décima Segunda - A CAGECE poderá promover a ampliação ou implantação dos serviços concedidos, observada a existência de viabilidade técnica e financeira, especialmente considerada quanto à última, a existência de recursos próprios da CAGECE ou do MUNICÍPIO, ou a obtenção de outros recursos de entidades financeiras.

Subcláusula Décima Terceira - A CAGECE responsabilizar-se-á pelos danos oriundos da prestação dos serviços outorgados, ressalvados os casos de força maior, garantido o direito de ação regressiva contra terceiros.

Subcláusula Décima Quarta - A CAGECE concederá e promoverá ligações aos serviços concedidos às expensas dos usuários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

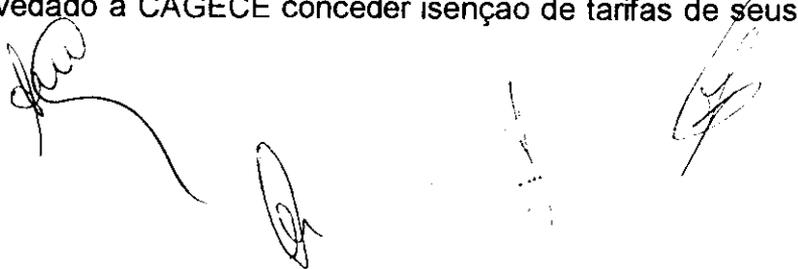
Subcláusula Décima Quinta - É parte integrante deste CONTRATO a relação dos bens vinculados à prestação dos serviços outorgados, informando o ente público que detém a propriedade dos mesmos, nos termos do Anexo Único.

CLÁUSULA QUARTA – DA POLÍTICA TARIFÁRIA

A remuneração dos serviços outorgados incluindo os investimentos, realizar-se-á através do pagamento de tarifas pelos usuários à CAGECE, nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas aplicáveis à espécie.

Subcláusula Primeira - Além das tarifas mencionadas, a CAGECE promoverá aditivamente, a arrecadação de quaisquer tributos que venham a incidir sobre os serviços outorgados.

Subcláusula Segunda - É vedado à CAGECE conceder isenção de tarifas de seus serviços.

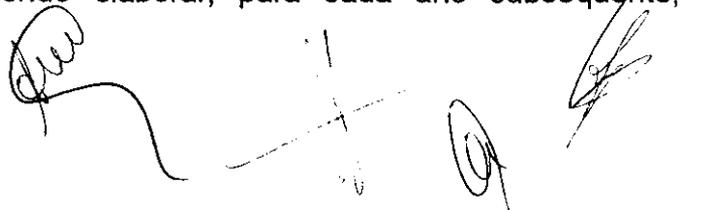


Subcláusula Terceira – Ao final de cada exercício a CAGECE prestará contas ao MUNICÍPIO dos serviços executados em decorrência deste convênio, como também dos valores arrecadados mediante a cobrança do preço ao usuário-consumidor, discriminando-se mês a mês os investimentos e os gastos feitos assim como os valores arrecadados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAGECE

Além de outras obrigações decorrentes deste CONTRATO e de normas legais e regulamentares pertinentes, constituem encargos da CAGECE inerentes à prestação dos serviços públicos outorgados:

- a) Prestar os serviços outorgados, nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços, pelas tarifas fixadas, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas;
- b) manter e/ou melhorar o nível de qualidade da prestação dos serviços outorgados, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço, nos termos da legislação específica;
- c) dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda;
- d) realizar as obras necessárias à prestação dos serviços outorgados, proceder a reposição de bens, operando as instalações e equipamentos correspondentes, de modo a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;
- e) organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços outorgados e zelar pela sua integridade, sendo-lhe vedado alienar, ceder a qualquer título ou dá-los em garantia;
- f) cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, e as cláusulas deste ajuste, respondendo, perante o MUNICÍPIO, usuários e terceiros, pelos eventuais danos causados em decorrência da exploração dos serviços;
- g) atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes da exploração dos serviços ora outorgados;
- h) permitir aos encarregados da fiscalização dos serviços, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;
- i) prestar contas aos usuários, anualmente, da gestão dos serviços concedidos, na forma que for regulamentado, fornecendo informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;
- j) observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;
- k) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços, observadas as limitações legais.
- l) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de água tratada, devendo elaborar, para cada ano subsequente,



programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de água, que terá como objetivo a redução das perdas físicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da água de forma racional e eficiente por parte dos usuários.

m) manter contabilização específica, das redes de água e esgoto, equipamentos e edificações relativas aos serviços outorgados por este CONTRATO, implantadas com seus recursos e sua respectiva depreciação

Subcláusula Primeira - Quando for necessária a realização de obras no seu sistema de abastecimento d'água e de coleta de esgotos, a CAGECE informará com a antecedência mínima de 10 (dez) dias ao MUNICÍPIO as condições de execução dessas obras e o prazo estimado de duração até sua conclusão final.

Subcláusula Segunda - Quando a obra a ser executada pela CAGECE possa causar danos ao sistema viário e de conservação da pavimentação das vias e logradouros públicos, o MUNICÍPIO poderá cobrar da mesma os valores gastos na execução dos serviços de recuperação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DA CAGECE

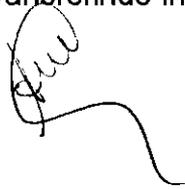
A CAGECE gozará, na prestação dos serviços públicos que lhe são concedidos, das seguintes prerrogativas:

- a) utilizar, durante o prazo de vigência do presente CONTRATO e sem ônus, os terrenos de domínio público e instituir as servidões que se tomarem necessárias à exploração dos serviços outorgados;
- b) ser atendida pelo MUNICÍPIO no que se refere às solicitações de desapropriação e instituição de servidões administrativas sobre bens declarados de utilidade pública e necessários à execução de serviço ou de obra vinculados aos serviços concedidos, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes; e
- c) construir estradas de serviços e implantar sistemas de telecomunicações, sem prejuízo de terceiros, para uso exclusivo na exploração dos serviços concedidos, respeitada a legislação pertinente.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Sem prejuízo de outros constantes em lei ou neste Contrato, são obrigações do MUNICÍPIO:

- a) indenizar quaisquer danos às redes dos serviços outorgados quando da execução de projetos de obras no subsolo das vias públicas, para o que deverá a CAGECE fornecer o respectivo cadastro ;
- b) constituir servidões definidas pela CAGECE como necessárias à prestação dos serviços outorgados, transferindo-lhe os respectivos títulos, pelo prazo de vigência do presente CONTRATO;



- c) promover a desapropriação de bens indispensáveis à execução dos serviços concedidos sempre que solicitados pela CAGECE.
- d) cumprir e fazer cumprir as Cláusulas deste Contrato e demais normas aplicáveis à espécie;
- e) adotar os procedimentos de desapropriação de todos os imóveis necessários a ampliação, melhoria ou implantação do sistema, mediante a indenização respectiva.

Subcláusula Primeira - O MUNICÍPIO poderá concorrer para o custo dos investimentos, sendo que tal participação poderá ser efetivada através de fornecimento de mão de obra, transportes, equipamentos e terrenos necessários às obras, obrigando-se mais, a transferir à CAGECE todos os créditos ou recursos financeiros destinados aos serviços públicos objeto deste CONTRATO, quer provenientes de entidades públicas ou particulares, quer decorrentes de verbas ou dotações consignadas em orçamento da União, do Estado ou do próprio Município.

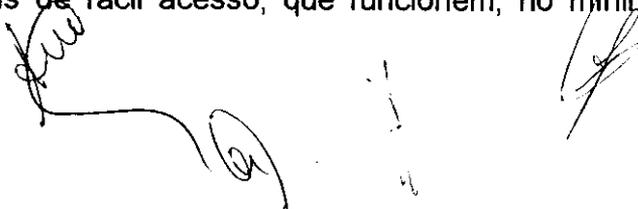
CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

São direitos dos usuários:

- a) obter da CAGECE a ligação, com presteza, do seu domicílio ou estabelecimento às redes de água ou de esgotos nas áreas atendidas;
- b) receber os serviços, dentro das condições e padrões estabelecidos em normas legais, regulamentares e pactuadas;
- c) obter informações detalhadas sobre contas de sua titularidade referentes à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como de outros serviços realizados pela CAGECE;
- d) obter verificações do hidrômetro por parte da CAGECE, sendo devido o pagamento dos serviços à concessionária, em caso de resultado normal, ressalvado o direito do usuário de, a cada 3 (três) anos, obter verificação sem ônus, independentemente do resultado.
- e) recorrer à respectiva entidade fiscalizadora, nos casos de não atendimento de suas reclamações pela CAGECE, ou quando entender que não esteja sendo prestado o serviço adequado;
- f) obter informações por parte do MUNICÍPIO, bem como da CAGECE, sobre os planos de expansão e investimentos previstos, que possam afetar o seu atendimento futuro;
- g) ser previamente informado pela CAGECE de quaisquer alterações e interrupções na prestação dos serviços, decorrentes de manutenção programada, nos termos permitidos nas normas legais e regulamentares pertinentes, com indicação clara dos períodos e alterações previstas, bem como das medidas mitigadoras que serão oferecidas.

Subcláusula Primeira – É condição prévia a garantia do acesso aos serviços ora outorgados, a existência de logradouros públicos devidamente implantados.

Subcláusula Segunda – A CAGECE é obrigada a manter estrutura específica de atendimento aos usuários, em locais de fácil acesso, que funcionem, no mínimo,



durante o mesmo horário do seu expediente normal, e com estrutura suficiente para prestar atendimento aos usuários com presteza e eficiência.

Subcláusula Terceira – A CAGECE manterá os registros das reclamações acessíveis e disponíveis para a entidade fiscalizadora competente, apresentando periodicamente, na forma definida por este, relatório dessas ocorrências.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DA OUTORGA E DO CONTRATO

A outorga dos serviços objeto deste CONTRATO tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do mesmo, renovável por igual período a critério das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS TARIFAS

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas e esgotos faturáveis e aos demais serviços conforme Tabela de Preços de Serviços da CAGECE, de forma a possibilitar a devida remuneração dos capitais empregados pela mesma, seus custos e despesas, e a garantir e assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

Subcláusula Primeira – Adotar-se-á o procedimento atualmente utilizado para a fixação, reajuste e revisão das tarifas dos serviços concedidos pelo presente instrumento, ou seja, as tarifas serão reajustadas ou revistas mediante processo devidamente justificado pela CAGECE e encaminhado para homologação do Senhor Governador do Estado do Ceará, até que, na forma da lei, venha tal função ser atribuída a entidade da administração pública;

Subcláusula Segunda – A revisão das tarifas ocorrerá sempre que fatos supervenientes, tais como acréscimos nos custos dos serviços, criação ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, após a homologação da tarifa ou de seu reajuste, venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Subcláusula Terceira – Adota-se a Estrutura Tarifária e a Tabela de Prestação de Serviços vigentes da CAGECE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente Concessão extinguir-se-á sem ônus nos seguintes casos:

- a) pelo advento do termo final deste Contrato;
- b) pela encampação dos serviços;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação;
- f) em caso de extinção da CAGECE;



- g) em caso de privatização em concessionária;
- h) no caso de descumprimento dos disposto na subcláusula quinta da cláusula segunda deste contrato;
- i) por qualquer das partes, observada a notificação com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta dias).

Subcláusula Primeira – Extinta a Concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à CAGECE, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema.

Subcláusula Segunda - Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles realizados pela CAGECE e efetivamente utilizados na prestação dos serviços.

Subcláusula Terceira – Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o MUNICÍPIO assumirá, imediatamente, a prestação dos serviços para garantir a sua continuidade e regularidade, mediante prévia indenização à CONCESSIONÁRIA e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OUTORGADOS

A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO será acompanhada e fiscalizada pelo MUNICÍPIO.

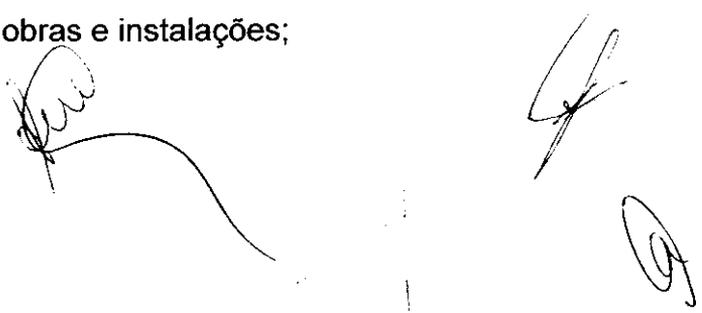
Subcláusula Primeira – A fiscalização abrangerá o acompanhamento das ações da CAGECE, nas áreas administrativa, contábil, comercial, técnica, econômica e financeira, podendo o órgão ou entidade fiscalizadora estabelecer diretrizes de procedimento ou sustar ações que considere incompatíveis com as exigências na prestação do serviço adequado.

Subcláusula Segunda - A Fiscalização elaborará relatórios, com a periodicidade de, no máximo a cada 1(um) ano, a contar da data da assinatura deste Contrato, devendo indicar todas as observações relativas aos serviços prestados pela CAGECE, incluindo qualquer inobservância de cláusulas deste CONTRATO ou de normas legais e regulamentares pertinentes.

Subcláusula Terceira - Os prepostos da entidade fiscalizadora, especialmente designados, terão livre acesso a pessoas, obras, instalações e equipamentos vinculados aos serviços, inclusive seus registros contábeis, podendo requisitar da Diretoria da CAGECE informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução deste CONTRATO.

Subcláusula Quarta - A Fiscalização técnica e comercial dos serviços outorgados abrange:

- a) a execução dos projetos de obras e instalações;
- b) a exploração dos serviços;

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are several smaller initials and marks, including a signature that appears to be 'G' and another that looks like 'A'.

- c) a observância das normas legais, regulamentares e contratuais;
- d) o desempenho na prestação dos serviços outorgados no tocante à qualidade e continuidade do fornecimento;
- e) a execução dos programas de incremento à eficiência no uso e na oferta de água;
- f) a estrutura de atendimento a usuários e de operação e manutenção do sistema.

Subcláusula Quinta - A Fiscalização contábil abrange, dentre outros:

- a) o exame de lançamentos e registros contábeis;
- b) o exame do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis da CAGECE; e
- c) o controle dos bens vinculados à prestação dos serviços outorgados por este CONTRATO, sob administração da CAGECE.

Subcláusula Sexta - A Fiscalização poderá exigir da CAGECE o cancelamento imediato de qualquer contrato por ela celebrado, quando verificar que dele possam resultar danos aos serviços concedidos, ou tratamento diferenciado a usuários que se encontrem na mesma situação ou classe de atendimento.

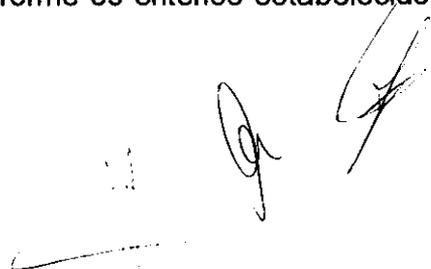
Subcláusula Sétima - A fiscalização não diminui nem exime as responsabilidades da CAGECE, quanto à adequação das suas obras e instalações, à correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

No caso de o MUNICÍPIO delegar as atividades de fiscalização à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, a CAGECE estará sujeita às penalidades de advertência e multa, conforme previsto nas normas legais e regulamentares dos serviços e neste CONTRATO, sempre que:

- a) deixar de fornecer, nos prazos que lhe forem estabelecidos, as informações e dados requisitados pela ARCE, relativos à administração, contabilidade, qualidade dos serviços, recursos técnicos, econômicos e financeiros, sem prévia justificativa formal;
- b) deixar de adotar, nos prazos estabelecidos pela ARCE, as providências indicadas para restabelecer a regularidade ou garantir a qualidade e eficiência dos serviços outorgados sem prévia justificativa formal;
- c) deixar de atender, nos prazos fixados pelas normas dos serviços, aos pedidos de ligação, de ampliação ou de melhoramento dos serviços, sem prévia justificativa formal; e,
- d) descumprir norma legal ou regulamentar, ou qualquer cláusula deste CONTRATO.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA, após a advertência formal, estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ARCE, no valor máximo, por infração ocorrida, de 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento relativo à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior, conforme os critérios estabelecidos pela ARCE.



Subcláusula Segunda - No primeiro ano de exploração dos serviços, em caso de aplicação de penalidade, nos termos da subcláusula anterior, será considerado o valor do faturamento relativo à exploração dos serviços outorgados, calculado pela média do faturamento dos meses anteriores ao da aplicação da penalidade multiplicado por 12 (doze).

Subcláusula Terceira - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, assegurando-se à CAGECE amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A CAGECE publicará o extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial do Estado do Ceará.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santana do Cariri, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

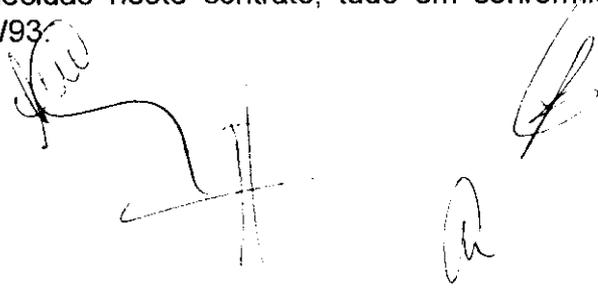
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Com relação à outorga objeto do presente CONTRATO aplica-se subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e a Lei Estadual n.º 12.788, de 30 de dezembro de 1997,.

Subcláusula Primeira – O MUNICÍPIO aceita as normas regulamentares emitidas pela CAGECE, que passam a integrar este CONTRATO independentemente de transcrição, inclusive o Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e de Esgoto Sanitário do Estado do Ceará (Decreto Estadual n.º 12.844, de 31 de julho de 1978).

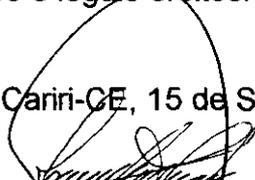
Subcláusula Segunda – Poderá ser firmado Convênio entre o MUNICÍPIO e a CAGECE objetivando a cooperação técnica e administrativa entre os mesmos mediante cessão de servidores por parte do CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA para continuidade do processo de operação e manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário em referência.

Subcláusula Terceira: Na hipótese de haver declaração judicial de nulidade do contrato, no todo ou em parte, o MUNICÍPIO fica obrigado a indenizar a CONCESSIONÁRIA pelos investimentos que já tiver realizado e ainda não tenham sido depreciados, bem como pelas obrigações que já tiverem sido assumidas para o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, tudo em conformidade com Artigo 59, § único da Lei nº 8.666/93.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

Assim convencionadas, as partes assinam o presente instrumento, após lido e considerado o mesmo ser publicado em Diário Oficial do Estado para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

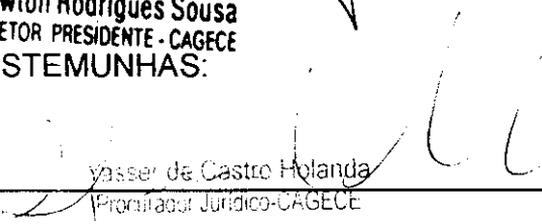
Santana do Cariri-CE, 15 de Setembro de 2.003


MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI


Jesus Werton Gars
PREFEITO MUNICIPAL


COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Newton Rodrigues Sousa
DIRETOR PRESIDENTE - CAGECE
TESTEMUNHAS:

1. 
Yasser de Castro Holanda
Promotor Jurídico-CAGECE

2. _____

CONVÊNIO CAGECE/MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI
ANEXO ÚNICO – SUBCLÁUSULA QUINTA DA CLÁUSULA SEGUNDA
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E INVESTIMENTOS

INVESTIMENTO IMEDIATO (SETEMBRO/2003 À SETEMBRO 2004)

Unidade de Produção

- Melhorias físicas da fonte – R\$ 8.816,00
 - Construção de cerca de proteção, com mourões de concreto e arame farpado para conservação do manancial e do meio ambiente.
 - limpeza e pintura dos prédios.
- Retirada de vazamentos e melhorias da adutora – R\$ 2.700,00

Unidade de Tratamento

- Melhorias físicas do tratamento – R\$ 14.224,00
 - Construção de cerca de proteção, com mourões de concreto e arame farpado
 - pavimentação e urbanização das vias de acesso
 - limpeza e pintura do prédio
- Otimização do Tratamento – R\$ 900,00
 - instalação de um outro dosador de cloro (pastilha);
 - continuar a realização das análises semanais na água distribuída, assegurando desta maneira uma água com qualidade.

Rede de Distribuição

- Substituição dos trechos de CA (cimento amianto) por tubos PVC e ampliação da rede – R\$ 56.826,57
- Instalação de 400 hidrômetros nas ligações existentes e 194 novas ligações hidrometradas atendendo 100% da Cidade – tudo com padrão CAGECE – R\$ 64.351,03

Unidade Atendimento

- Realização de treinamento de todo pessoal lotado na Cidade.
 - Rapidez no atendimento do escritório;
 - Rapidez na retirada dos vazamentos;
 - Atendimento personalizado;
- Instalação de almoxarifado com peças de reposição.



Sistema de Esgotamento Sanitário

- Será elaborado projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário da sede de Santana do Cariri no prazo de 01 ano (APA / SEMACE). Custo estimado do projeto – R\$ 52.000,00

Sistema de Abastecimento de Água

- Manter o crescimento no atendimento da rede à nível de 100% na zona urbana.
- Reforçar o sistema produtor caso haja necessidade.

Investimento Imediato (Prazo 1 ano a partir da assinatura do contrato)

TOTAL R\$ 200.332,52

INVESTIMENTO À MÉDIO PRAZO (SETEMBRO/2004 À SETEMBRO 2008)

Adoção de políticas de atendimento ao usuário de forma a assegurar o fornecimento dos serviços a todos os domicílios do Município atendidos pela concessionária de acordo com a necessidade de ampliação da rede de abastecimento e reforço do sistema produtor.



EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRÍ e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE; OBJETO: **Outorga, com exclusividade, à CAGECE, a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para fins de exploração, ampliação e implantação dos mesmos; FUNDAMENTO:** Lei Estadual nº9.499, de 20/07/1971, na Lei Municipal nº473/2003, de 29 de maio de 2003 e no Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e Esgoto Sanitário do Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto Estadual nº12.844, de 31/07/1978; PRAZO: 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do mesmo, renovável por igual período a critério das partes; DATA: 15/09/2003; ASSINAM: Jesus Werton Garcia, Prefeito Municipal de Santana do Cariri; Newton Rodrigues Sousa, Diretor Presidente da CAGECE e Annia Melo de Saboya Cruz, Diretora Administrativo Financeira da CAGECE.

Yasser de Castro Holanda
PROCURADOR JURÍDICO

*** **

**COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES
METROPOLITANOS**

PORTARIA Nº217/2003-DPR - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.23, letra a, combinado com letra b, item VIII, do Estatuto Social do METROFOR. RESOLVE DESIGNAR como Presidente - FRANCINEIDE FREIRE SATURNINO, Assistente Operacional, Membro - CLADEMIR FERREIRA DOS SANTOS, Assistente Controlador de Movimento, Membro - RAIMUNDO RENATO BATISTA DA SILVA, Assistente Operacional a fim de integrarem a Comissão de Sindicância para apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos relatados no Processo Nº18524/DOP/2003 do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de novembro de 2003.

Lúcio de Castro Bomfim Júnior
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº218/2003-DPR - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS-METROFOR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 23, item V, do Estatuto Social da Empresa, consolidadas na Instrução de Serviço Nº001/99, datada de 01 de março de 1999, RESOLVE NOMEAR CLÓVIS DE LIMA PICANÇO, exercente do Cargo em Comissão de Gerente de Sistemas Fixos e Via Permanente e RICARDO GONÇALVES TEIXEIRA, Assistente Técnico, sem prejuízos das atuais atribuições e sem ônus para o METROFOR, a fim de procederem como Gestor e Fiscal do Contrato Nº33/METROFOR/2003, firmado com a empresa FBR - FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA RIBEIRO. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de novembro de 2003.

Lúcio de Castro Bomfim Júnior
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº219/2003-DPR - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS-METROFOR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 23, item V, do Estatuto Social da Empresa, consolidadas na Instrução de Serviço Nº001/99, datada de 01 de março de 1999, RESOLVE NOMEAR WILSON DE ALMEIDA BASTOS, exercente do Cargo em Comissão de Gerente de Material Rodante e Oficinas, sem prejuízos das atuais atribuições e sem ônus para o METROFOR, a fim de proceder como Gestor do Contrato Nº28/METROFOR/2003,

firmado com a empresa MULTY FILM COMÉRCIO LTDA. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de novembro de 2003.

Lúcio de Castro Bomfim Júnior
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº220/2003-DPR - O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE AUTORIZAR o servidor ANTONIO CHALITA DE FIGUEIREDO, ocupante do cargo de Gerente de Sistemas Fixos, matrícula nº00002, desta Economia-Mista, a viajar à cidade de São Paulo-SP, no período de 27.10.2003 a 31.10.2003, a fim de participar de Seminário Negócios nos Trilhos, concedendo-lhe 4,5 diárias, no valor unitário de R\$108,00 (Cento e oito reais) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$729,00 (setecentos e vinte e nove reais), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$67,50 (sessenta e sete reais, cinquenta centavos), e passagem aérea, para o trecho Fortaleza/São Paulo/Fortaleza, no valor de R\$1.411,57 (hum mil, quatrocentos e onze reais, cinquenta e sete centavos), totalizando R\$2.208,07 (dois mil, duzentos e oito reais, sete centavos), de acordo com o artigo 1º: alínea b do §1º e §3º do artigo 3º: arts.6º, 9º, 15 e seu §1º; classe III do anexo I, combinado com o disposto no anexo III do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 24 de outubro de 2003.

Lúcio de Castro Bomfim Júnior
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº62/2003/SESI

CONVENIENTES: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - Departamento Regional do Ceará e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR. OBJETO: Prestação de serviços médicos, de saúde e segurança do trabalho para os empregados do METROFOR, de acordo com a Lei nº6.514/1977 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis nrs. 6.514/1977 e 8.666/1993 FORO: Comarca de Fortaleza VIGÊNCIA: 29/09/2003 a 28/09/2004 VALOR: R\$51.650,00 (cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos próprios do METROFOR DATA DA ASSINATURA: 29 de setembro de 2003 SIGNATÁRIOS: Jorge Parente Frota Júnior e Francisco das Chagas Magalhães, pelo SESI; Lúcio de Castro Bomfim Júnior e Maiza Rodrigues Ponte Parente, pelo METROFOR.

José Aurilo Cavalcante Lima
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIA Nº92-C/2003 - O SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE AUTORIZAR os SERVIDORES relacionados no Anexo Único desta Portaria a viajarem em objeto de serviço, com a finalidade de viajarem ao interior do estado para tratar de assuntos referentes a esta Pasta, concedendo-lhes diárias e meia, de acordo com o artigo 1º; alínea b do §1º do art.3º; art.15 do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Justiça e Cidadania. SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de agosto de 2003.

José Evânio Guedes
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Registre-se e publique-se.